

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO
E PLANEJAMENTO (CFOP)**

25.09.2019

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO
E PLANEJAMENTO (CFOP)**

25.09.2019

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Reunião ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da primeira sessão legislativa da 19ª Legislatura, convocada com a finalidade de ouvir o secretário do Estado da Fazenda e Planejamento, Dr. Henrique Meirelles, que irá demonstrar o cumprimento das metas fiscais do segundo e terceiro quadrimestre de 2018 e do primeiro quadrimestre de 2019 conforme previsto no parágrafo IV do artigo 9º da lei complementar número 101 de 4 de maio de 2000.

Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - A dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É regimental, está considerada aprovada a Ata da última reunião. Quero registrar a presença dos nobres deputados: Castello Branco, deputado Paulo Fiorilo, deputada Carla Morando, deputado Estevam Galvão, deputado Ricardo Mellão, deputado Marcio da Farmácia, deputado Alex de Madureira, e este presidente, Wellington Moura. O deputado Dirceu Dalben justifica a sua ausência neste momento.

Secretário, mais uma vez quero agradecer a sua presença, em ter vindo aqui nesta Casa de leis, na Comissão de Finanças, sabemos que V. Exa. veio trazer o cumprimento das metas do segundo e terceiro quadrimestre de 2018 e do primeiro de 2019, conforme até havíamos conversado na última reunião, anterior, para adiantarmos esse pacote de quadrimestre que ainda não foi atendido e 2019 que é de sua gestão. Parabenizo pela eficácia do seu trabalho, e a gente sabe da sua competência e do seu serviço que, sem

dúvida, para o estado de São Paulo é de suma importância. E logo em seguida V. Exa. terá o tempo para apresentar os quadrimestres, e logo em seguida vamos abrir aos deputados para que eles possam fazer os questionamentos se assim pertinentes. Gostaria de deixar registrado que os deputados membros da Comissão terão tempo regimental de dez minutos e os deputados que não são membros cinco minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor esclareceu sobre o tempo, mas não sobre o método, podemos discutir em seguida à fala do secretário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Queria só me inscrever já.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Queria me inscrever antes do deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu concedo.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Estão os dois inscritos, e conforme o secretário for falando, a gente, eu já vou marcando quem gostaria de falar.

Secretário, por gentileza, obrigado pela presença mais uma vez.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado. É uma satisfação estar aqui na Assembleia, agora fazendo relatório do terceiro quadrimestre de 2018 e do primeiro quadrimestre de 2019. Evidentemente que vamos falar rapidamente também sobre 2018, mas evidentemente o foco maior será do primeiro quadrimestre de 2019.

Eu queria inicialmente falar sobre as condições pelas quais o Estado passa, e em consequência a arrecadação do Estado. Não só ICMS, mas como também IPVA e demais impostos. O fato concreto é que o Brasil – vou dar um quadro rápido, porém geral –, o Brasil saiu de uma recessão muito forte, 2015 e 2016, e muitas empresas e pessoas físicas ainda sentem os efeitos dessa recessão através do alto nível de endividamento. Então isso é algo que nós temos que ter em mente quando nós olhamos essa situação. No entanto, o País saiu da crise em final de 2016, muito pesado, entrou em 2017, voltou a crescer e em 2017 terminou o ano crescendo a uma taxa superior a 2% ao ano, em comparação de último trimestre de 2017 com o último trimestre de 2016. E com a tendência de ser mais de 2% em 2018.

Com a questão das expectativas eleitorais e também com algumas incertezas e a greve dos caminhoneiros, que foi mais importante, nós tivemos uma queda da atividade forte no final do primeiro semestre de 2018 e uma recuperação no segundo, mas não foi o suficiente para gerar o crescimento que se esperava, que era um crescimento entre 2 a 2,5%, em 2018 nós tivemos um crescimento ao redor de 1%. O crescimento de 2019, que começou com a expectativa ao redor de 2,5%, 2,3 por aí, a expectativa dos economistas, a expectativa medida pelo Banco Central, que é o chamado relatório Focus, que consulta mais de 100, economistas de sindicatos, federações etc., independentes, empresas etc.; e no final faz uma média. Essa expectativa que estava acima de dois foi caindo estando agora ao redor de 1% para o ano de 2019.

Evidentemente nós temos aqui uma questão importante, que é bom termos em mente, quando foi feito o Orçamento para 2019 no ano passado, esse Orçamento foi feito tendo em vista uma previsão de crescimento maior, acima de 2%, chegando a 2,5% era a previsão de crescimento para o ano de 2019. Então nós estamos tendo um crescimento bem menor do que o esperado das atividades e, portanto, a arrecadação reflete também isso como seria de se esperar.

O estado de São Paulo tem crescido mais do que a média nacional, mas não temos dados muito ainda concretos, só mais para o final do ano, qual é o crescimento do Estado,

porque o IPVA não mede com precisão os crescimentos dos estados, nós temos um crescimento do PIB nacional. O Banco Central faz uma medida regional, por estados, além do Brasil, mas ele usa uma metodologia diferente, então se nós compararmos a metodologia, o Banco Central, índices do Banco Central, que não é totalmente comparável, mas índices do Banco Central com o índice nacional do IBGE, São Paulo está crescendo mais. Se compararmos índices do Banco Central, aí é consistente, nacional e São Paulo, São Paulo cresce substancialmente mais.

Então, o que se pode concluir de todos esses dados é que São Paulo tem crescido mais do que a média nacional, mas ainda baseado numa base, que é a média nacional, bastante baixa. Então, como já existia uma previsão de um crescimento maior, então isso também é algo que se reflete na arrecadação. Portanto, esse é o quadro geral, estamos tomando uma série de medidas importantes, eu vou falar especificamente sobre isso depois da arrecadação por setor, nós vamos ver a indústria, como a indústria caiu nos últimos anos, a arrecadação do ICMS, mas tem havido um série de medidas visando exatamente a retomada da atividade industrial em São Paulo. Então nós temos exemplos de empresas grandes com geração de dezenas de milhares de empregos – tinham anunciado a saída de São Paulo e do Brasil –, anunciaram não só ficarem no País como investir etc.

E temos feito uma série de viagens, o governador Doria, eu estou acompanhando, como outros secretários, então estivemos recentemente no Japão na semana passada, estivemos na Alemanha, estivemos na China, estivemos na Inglaterra, Reino Unido, estivemos antes nos Estados Unidos e sempre numa ideia de trazer investimentos para São Paulo.

Então houve um investimento grande anunciado no Japão, um investimento grande anunciado na Alemanha, vários investimentos anunciados na China e também no Reino Unido. Em resumo, existe aí todo um esforço grande que vai dar efeito, gerar efeito no devido tempo, nós veremos, sim, a recuperação da atividade industrial em São Paulo como resultado desse esforço no devido tempo, que quando a empresa dessa anuncia um investimento, vai fazer, vai planejar, vai construir a fábrica, vai fazer, isso aí é algo que o feito na produção é no mínimo dois anos, mas haverá, isso é que é importante.

Passando então agora aos indicadores fiscais, vamos então para o primeiro slide, por favor. Não sei quem está no controle, nós então. Você vai ficar aí no controle? Então nós temos aqui o resultado comparando, inicialmente, vamos fazer uma comparação de 2018 com 2017. Então nós vamos ver o resultado orçamentário, nós vamos ver que em

2017 tivemos um resultado orçamentário de 840 milhões de reais, e 2018 um pouquinho acima. E que no primeiro quadrimestre há novamente um superávit mais elevado, no segundo quadrimestre também, e no terceiro quadrimestre, principalmente, por 13º salário, uma série de coisas além de uma certa queda da arrecadação normalmente. Então há uma queda substancial que, no caso de 2018, por exemplo, foi para 906 milhões de reais o total, portanto, compensando aquilo que tinha sido no primeiro e segundo.

O resultado primário, com despesa paga, e o resultado primário é o resultado sem pagamento de juros, empréstimos, dá um valor de, em 2018, aí no consolidado da última coluna à esquerda, 12 bilhões de reais. Receita corrente líquida acumulada em 12 meses nós vamos ver como ela vai evoluindo. O importante aqui é nós olharmos, vermos o crescimento. Então em 2017, em relação ao período anterior, cresceu 7,9%. Mesmo deduzindo-se o IPCA, que cresceu 4,2, e se nós olharmos 2018, aí já passando para a última coluna 1,4; 5 nominal antes do IPCA e 1,4. Então o que é mais importante aqui é a queda relevante do crescimento das receitas, porque evidentemente um crescimento real de 1,4 nessa tendência ele termina por ser eventualmente inferior ao das despesas, porque despesas nós temos todo o crescimento, principalmente dos inativos. Eu vou mostrar isso em seguida, que não são controláveis, a não ser por uma possível Reforma da Previdência, que não é o caso no momento, o fato é que essa é a realidade.

O resultado previdenciário, portanto, falando sobre isso, mostrando esse aspecto, nós vamos ver que o resultado previdenciário de 2017 foi 18 bilhões, 2018, 19.700, quase 20, portanto, um crescimento relevante. A contribuição patronal, o déficit do Tesouro, isto é, o que o Tesouro contribui, porque o crescimento mesmo das despesas previdenciárias totais – se nós vamos olhar aqui –, vemos como ela cresce de 31 para 34 primeira coluna para a última coluna. Agora disso aí, 4.500 de contribuição dos segurados foi para 4.700, patronal de 7.100 foi para 7.200 e o resultado, o aporte de recursos do Tesouro de 2018 para 19.700, quase 20. Então esse é o quadro geral, crescimento total, por exemplo, das despesas previdenciárias chegando no total em 2018 de 34 bilhões de reais, portanto com um déficit, com um aporte do Tesouro de 19.600.

Se nós olharmos agora as questões dos indicadores, se nós olharmos o pessoal executivo sobre a receita corrente líquida, é importante, eu vou voltar a isso depois, comparar, por causa dos limites da lei de responsabilidade fiscal, caiu um pouquinho, 43,42 passando para 43,36. Pessoal executivo, ali é um índice, 40 é pessoal executivo sobre a receita corrente, aqui pessoal executivo simplesmente o número líquido 65 passou para 69, em 2017 cresceu 2,4, em 2018 cresceu 4,9.

O resultado nominal, o superávit, a meta fixada 23, em relação à meta atingiu, o resultado nominal foi de 20 bilhões, portanto, a dívida consolidada líquida 279 versus 259 em 2017, isso é em 2018, 1,75% da receita corrente líquida, portanto, abaixo da meta desejada, da meta fixada. E dívida consolidada, que é de 311, e 1,9 da receita corrente líquida. Então, portanto, esse é o quadro, passando já ao quadro seguinte do primeiro quadrimestre de 2019, agora voltando, seguindo, vamos entrar no detalhe do primeiro quadrimestre de 2019 em comparação com 2018 inclusive.

Receitas totais no primeiro quadrimestre comparados com o primeiro quadrimestre. Em 2019 76,839 bilhões versus em 2018 74,19, um crescimento nominal de 3,8 nas receitas totais. Agora o ponto importante, o real, que é a aqui deflacionando pelo IPCA, é negativo, o que significa que cresceu, sim, mas cresceu menos que a inflação, o ponto relevante daquilo que nós estamos dizendo. O crescimento da receita menor que a inflação, o que leva a uma perda, porque as despesas, normalmente, crescem no mínimo no valor da inflação.

Despesas correntes, de 73 para 76, crescendo portanto quatro, um pouquinho melhor mas ainda abaixo da inflação, e receita de capital de 914 para 809, portanto, na realidade, uma queda de 11%. Receitas de capital são compostas principalmente pela receita de venda de bens, alienação de bens, pela ação de crédito e transferências de capital em geral. Então só essa que caiu um pouquinho, mas mais ou menos em linha.

Vamos agora passar para as receitas correntes, 2018, 73, 2019, 76, portanto, com a variação nominal de 4% e de novo o real menos do que a inflação, portanto, cresceu real 0,3. Receitas tributárias, nós vamos ver que o ICMS cresceu de 45 para 47, portanto um pouquinho acima da inflação, um crescimento real de 0,8. IPVA também de 11 para 12, crescimento de 6,3, um crescimento real de 1,9. Imposto também de transmissão, doações etc., isso crescendo também um pouquinho acima da inflação, apesar de que são valores menores, de 2,4 bilhões, 2,6 bilhões, outras receitas tributárias que estão agregadas aí diversas receitas tributárias, tudo bem.

Receitas de contribuições – também um crescimento substantivo de 14,8%, um crescimento real de 10, mas também um valor pequeno de 1,9 bilhão para 2,2. A receita patrimonial, esta, sim, caiu, que é composta pelas receitas financeiras, dividendos, juros de capital próprio, remuneração do saldo de caixa, receita com as concessões etc., isso tudo caiu em função de uma certa circunstância, atividade econômica e também a todas as – agora todo um reinício de um processo de licitação etc. Então tudo isso gera essa queda.

Transferências correntes, são as transferências da União, caíram de 4,3 para 4, a queda nominal de 7,1%; demais despesas correntes são receitas agropecuárias e industriais, serviços, outras receitas de multas, contratos judiciais, restituição etc., tudo isso caiu um pouquinho também para, de 2.400 para 2.300. Agora vem aquele que eu mencionei, que é um dado da maior importância, nós vamos agora, sim, ver a questão da atividade econômica e do efeito disso na arrecadação. O que é o mais relevante aqui.

Nós vamos ver que a indústria que é a pontilhada azul – desculpe, o tracinho azul, não a pontilhada, aquela que começa lá em cima –, a indústria era 53,6 do total ela caiu para agora 33,5 no primeiro quadrimestre de 2019. Por quê? Exatamente por essa queda que houve durante esse período toda a participação da indústria na receita tributária do Estado de São Paulo. Isso é um fenômeno nacional, brasileiro, tudo isso. Existe aqui uma série de reformas que estão sendo feitas agora, nacionais, visando reverter o processo em termos nacionais, porque o Brasil, a indústria como um todo perdeu muito mais até do que São Paulo, bem mais. Aí todas essas questões dessas medidas novas que estão sendo tomadas, inclusive quando eu estava no Ministério da Fazenda fiz um estudo grande com o Banco Mundial visando exatamente reverter esse processo, algumas dessas medidas já, inclusive, estão sendo tomadas etc.

Preços administrados – subiu, caiu um pouco, que é basicamente comunicação, telefonia, subiu um pouco aí naquele período de maior crescimento econômico entre 2002 e 2003, até aqui nós vamos ver principalmente entre 2007 e 2008 e a partir da crise de 2008 tem uma queda importante. Tem uma queda grande aqui de 2010 até 2014-2015, uma recuperação em 2016-2017 e depois de uma estabilidade aqui nesse nível de 27%, com uma pequena recuperação na malha. Isso aí de novo comunicação e principalmente telefonia.

Comércio e serviços crescendo como o percentual da arrecadação total, saindo lá de 23% em 1995 e chegando a 37% agora em 2019; e também nós vamos ver que o período de maior crescimento exatamente se naquele período aqui de 2004 até 2006-2007, aí depois – mas depois continuou crescendo a uma taxa mais moderada, mas continuou crescendo até 2015, quando aí caiu 2015 a 2016, e 2017 voltou a crescer em 2017 e manteve em 2018. Resumo, então esse é o quadro importante aqui no que diz respeito à arrecadação do ICMS.

Essas medidas todas que estão sendo tomadas por este Governo para a recuperação da atividade industrial vão ser chave, vão ser importantes para reverter esse processo todo, que é um esforço particular do estado de São Paulo, independentemente da questão da

recuperação do crescimento nacional. Nossa ideia é a seguinte: São Paulo cresce um pouquinho mais que o Brasil. Agora, esperamos que o Brasil venha a crescer um pouco mais do que está crescendo hoje, mas o importante é que São Paulo vai crescer percentualmente mais em relação ao País, é esse todo o esforço e tem toda essa série de anúncios de investimentos na indústria que estão sendo feitos visando exatamente obter esse objetivo.

Receitas, portanto, de capital, quais são? Operações de crédito, o início de Governo precisa, as operações de crédito têm muita inter-relação com o governo federal, normalmente são garantias do Tesouro nacional, operações com bancos federais etc. Então no início de gestão federal é normal que caia um pouco isso, estamos trabalhando duro, hoje mesmo estava lá em contato com o Tesouro nacional, a Casa Civil etc., visando liberar um empréstimo lá para a Sabesp etc., e temos trabalhado muito também naquela questão dos empréstimos par a Tamoios; em resumo, estamos agilizando esse processo, mas normalmente todas essas operações dos estados envolvem o governo federal de uma forma ou de outra, ou bancos públicos federais ou garantias do Tesouro nacional, como é o praxe.

A alienação de bens aumentou bastante, isso aqui até me despertou uma curiosidade particular, subiu muito a alienação de bens de 27 para 232, aqui foi principalmente a questão das opções de compra lá dos funcionários da CESP, que exerceram essas opções de compra que tinham sido feitas, dadas por ocasião da alienação da CESP.

Amortização de empréstimos aumentou um pouquinho; transferência de capital, isso aqui principalmente transferências de seja de governo federal, seja de empresas, mas o fato é que na transferência de capital houve uma pequena queda, convênios diversos que de fato, como eu mencionei que também caíram, e outras receitas de capital. (Fala fora do microfone.)

Oi? Aqui eu pedi um exemplo específico e o Rodoanel é um deles. São receitas de concessionárias, etc., outorgas. Houve um aumento, um aumento relevante até o primeiro quadrimestre de 2018, o primeiro quadrimestre de 2019.

Passando agora para o item seguinte, em termos de despesas, nós vamos ver no Orçamento de 2019 qual é a notação inicial: 231 bilhões. A notação atual, com todos os ajustes que foram feitos etc.: 233. Foram contingenciados seis milhões, com a notação efetiva de 227 milhões. Despesas empenhadas: 105; 46% no primeiro quadrimestre, portanto, notar isso. Despesas liquidadas: 69, o que significa 65% das despesas

empenhadas no primeiro quadrimestre; e despesas pagas: 61 milhões, que é 88% das despesas liquidadas, e as despesas liquidadas foram 65% das despesas empenhadas, que foram 46% da notação efetiva.

Esse é o quadro geral da evolução das despesas, mas por que o contingenciamento? Para adequar exatamente àquela que era a previsão de arrecadação e ao déficit orçamentário que se detectou no início do ano. Por quê? Porque no Orçamento está evidentemente equilibrado em 231 milhões. O que nós verificamos é que existiam uma série de receitas, e não eram receitas que de fato iriam se concretizar este ano, por exemplo, a venda da Sabesp ou a receita de vendas de imóveis de um bilhão de reais. Não é factível tudo isso.

Portanto, tínhamos que fazer um ajuste e foi esse ajuste que gerou a necessidade, primeiro do contingenciamento de seis bilhões de reais, e depois da complementação desse déficit orçamentário, principalmente porque nós temos aí uma diferença de cerca de seis bilhões, aproximadamente, uma parte contingenciada e uma parte que foi ainda um déficit a ser financiado. O que nós estamos trabalhando para resolver é como financiar isso, considerando que a Sabesp não será vendida este ano ou capitalizada ou o que for, porque o marco regulatório, a lei do saneamento ainda não foi aprovada. Não há como tomar uma decisão com a Sabesp com uma lei regulatória que está em processo de aprovação.

Então nós vamos trabalhar no sentido de fazer uma emissão de títulos de securitização dos royalties de petróleo recebidos da Petrobras, pelo petróleo da Bacia de Santos, que está no litoral de São Paulo. Isso nós estimamos, a essa altura, que vai ser próximo desses seis bilhões de reais. Essa emissão de royalties corre o risco de não ser concretizada este ano, o aporte, de fato, dos seis bilhões de reais, a colocação efetiva dos títulos no mercado. Nesse caso o coordenador, o banco emissor etc., tem um compromisso de fazer o chamado “empréstimo ponte” – de dois meses ou o que for –, adiantando os recursos para que possamos fechar o aviso. Mais uma vez: é o resultado do orçamento do ano passado, quer dizer, o orçamento que nós recebemos e estamos trabalhando para fechar o orçamento desde o início do ano.

Esse contingenciamento foi feito de saída, já em janeiro. Inicialmente, nós trabalhamos bastante na Sabesp e, posteriormente, vendo que a Sabesp não teria condições de ser viabilizada este ano, porque seria regulada por uma Medida provisória... O senador Tasso Jereissati inclusive apresentou um relatório e tínhamos a esperança de ser aprovado ainda no meio de maio, mas acabou não sendo votado. A medida provisória

perdeu a validade no dia 30 de junho, a partir daí nós começamos a trabalhar em uma substituição, que é a securitização dos royalties de petróleo.

Passando então para o seguinte, a decomposição aqui das despesas totais de 2018 e 2019. Vamos olhar a de 2019, são similares: pessoal e encargos, 28 e 300 milhões – ativos 16, inativos 12; custeio 13, isso no primeiro quadrimestre; transferências condicionais ao município, 18; sentenças judiciais, um bilhão; serviços da dívida, seis; juros e encargos, quatro; amortização, dois e 500; investimentos, 849. Uma pergunta é: mas por que não fez mais investimentos? Não fez mais investimento porque não tinha recurso é tão simples quanto a matemática elementar. Nós estamos trabalhando duro com o financiamento proveniente dos royalties; isso será majoritariamente aplicado em uns investimentos que já estão sendo feitos, planejados etc., para serem liquidados no final do ano.

Nós temos também a questão aqui do... Terminado aqui nós vamos depois para os percentuais. As isenções financeiras também caindo em função, exatamente, da disponibilidade menor de caixa. Agora, um dado importante para o qual eu gostaria de chamar a atenção, aqui em cima, em “pessoal e encargos sociais”, isso cresceu 4% em termos nominais, mas nós temos que chamar a atenção para o fato de que os ativos cresceram 1,9 e os inativos, 7. Então é muito importante nós de fato enfrentarmos essa questão dos inativos, para que os ativos possam, inclusive, receber aumentos mais relevantes, porque hoje nós estamos aqui com esse déficit.

Vocês viram que com um contingenciamento, com a necessidade de levantar recursos para poder investir, com empréstimo etc., mesmo assim houve um crescimento nominal de despesas com ativos bastante baixo. De fato, nós temos que controlar aqui as despesas, principalmente com os inativos. Espera-se que a reforma da Previdência nos estados seja aprovada e a partir daí nós teremos condições de remunerar melhor os ativos, além das outras medidas tomadas visando ao aumento da arrecadação.

Passando para a página seguinte, em termos de investimentos, como é que foram feitos esses investimentos: 849 bilhões de investimento; 292 também, além de isenções financeiras primárias, resultado de caixa de empresas de investimentos, empresas estatais e não dependentes, 1,1 bilhão. Total, portanto, de 2,294 versus 2,476 do ano passado. Esse é o quadro geral dos investimentos. Os investimentos são exceto despesas judiciais, que estão em despesa de capital. Os investimentos diretos são realizados pelas empresas não dependentes, porém com recurso de aporte capital do estado de São Paulo. Então aqui

é o segundo item e o terceiro item é o das empresas não dependentes com recurso próprio. Então é essa a diferença dos 292 e do um bilhão 152.

Passando para a página seguinte, agora vamos ver a questão da Previdência, do Regime Próprio da Previdência dos Servidores Públicos de São Paulo. Como é que estão evoluindo essas despesas totais: de 25,4 bilhões em 2014, evoluindo gradualmente, atingindo em 2019, segundo a LOA, 35 bilhões, é a previsão, 35 bilhões e 810 milhões de reais de despesas de Previdência total. Desses recursos, nós temos a contribuição dos servidores financiando 4,95 bilhões total; contribuição patronal, 7,6 bilhões; existe o recebimento dos royalties, que é de 2,34, e o grande valor é o aporte do Tesouro, porque para 2019 está previsto, portanto, aqui 19 bilhões e 37 e milhões de reais e demais fontes de valor menor.

Portanto, esse é o total: 35 bilhões e 810 milhões de reais. Esse é o crescimento das despesas do Regime Próprio de São Paulo, só despesa condicional. Aqui nós temos que basicamente contabilizar e pagar, a não ser que haja alguma mudança no regime de Previdência. Olhando agora o balanço orçamentário, juntando agora, consolidando receitas e despesas, nós temos receitas totais de 76 e despesas totais – primárias, no caso – de 69. Portanto, nós temos um superávit orçamentário de receitas totais e despesas totais de 7 bilhões 395, não é isso?

Passando, no entanto, à frente, como é que isso evolui? Nós vamos ver o crescimento das despesas totais aí em escuro, em cinza, a receita total em azul-claro e o resultado orçamentário em branco. Então vemos clara esta evolução. Como se decompõe isso? Receitas primárias totais: primeiro as correntes, que são a grande maioria, e uma pequena parcela de receita de capital; e despesas primárias correntes, e aí uma despesa primária de capital um pouquinho maior, pagamentos de empréstimo etc. Nós temos então, a partir de 2018, uma apuração pelo regime de caixa, conforme o MDF oitava edição. Prosseguindo, a dívida consolidada passando de 311 para 313, que é 194,5% da receita corrente líquida, dívida imobiliária, contratual, imprecatória etc. Aqui é o detalhamento, imobiliária na verdade é zero e deduções nós temos a disponibilidade de caixa bruto e haveres financeiros, portanto nós temos uma dívida consolidada líquida de 269,8 bilhões.

Aqui um dado importante: o limite máximo, segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, é 200%, nós estamos com 167%. Portanto, a dívida está dentro do limite da Lei da Responsabilidade Fiscal, com percentual dentro do limite fixado pela lei. Aqui tem a diferença do limite, que são esses 152 bilhões 573. Se olharmos na página seguinte nós

vamos ver a dívida evoluindo aqui de 1997 a 2019. Trajetória da dívida líquida consolidada sob receita corrente, vamos ver como ela está evoluindo: já houve períodos em que ela foi mais de duas vezes, portanto, acima do limite de 200%, duas vezes, que é a linha cinza, mas depois caiu. A partir de 2005 se enquadrou, ficou abaixo da linha cinza e tem se mantido consistentemente abaixo a partir de então.

Agora um dado importante, que é a despesa de pessoal do poder Executivo. Isso aqui é muito importante, inclusive, para efeito da Lei da Responsabilidade Fiscal. O valor total é de 74 bilhões no quadrimestre; servidores ativos, 41; inativos e pensionistas, 32. Outras despesas – como de pessoal, contrato e terceirização – não tem aqui. Deduções: quatro, a mais relevante aqui, na última, é de inativos e pensionistas com recursos vinculados a fontes diversas, que são vinculadas especificamente para o pagamento de inativos e pensionistas e não saem do orçamento do Tesouro. Portanto, nós temos uma despesa líquida de pessoal, deduzidos esses itens de indenização, ação judicial etc., e com recursos vinculados de 70 bilhões, o que é 43,67% da dívida da receita corrente líquida.

Agora vem um ponto importante, porque o limite prudencial é de 46,55%, quer dizer, acima do limite prudencial é alerta, estamos abaixo, estamos ali em uma posição de controle. O limite máximo é 49%. Então é importante notar que vários estados brasileiros estão acima do limite máximo, já violando a Lei da Responsabilidade Fiscal, portanto, com problemas financeiros gravíssimos e dependentes aí do socorro do governo federal etc. Estamos vendo exatamente tudo isso, segundo tudo aquilo que está sendo divulgado, inclusive pelos jornais etc., etc., etc. Portanto, é muito importante nós levarmos em conta esse aspecto específico, que é uma situação muito importante aqui do estado de São Paulo cumprindo rigorosamente a Lei da Responsabilidade Fiscal nos últimos anos.

Tem aqui uma questão referente aí a considerar ou não considerar a receita do Fundeb como receita corrente líquida, que é considerada tradicionalmente pelo Tribunal de São Paulo, e existe aí uma possível dedução disso no futuro. E aí, nos anos 2020, 21, 22 etc., teríamos que deduzir esse valor do Fundeb, mas ainda assim estaríamos dentro do limite, mais perto, sim, bastante mais perto do limite ainda. Parte-se do pressuposto de que não vai haver um aumento real das receitas correntes líquidas até lá, mas, mesmo que não haja, ainda estaria dentro do limite.

A despesa de pessoal, agora de todos os poderes, porque eu mostrei aqui do Executivo, não é? Ativos e inativos. Pessoal e encargos sobre a receita corrente líquida: então nós temos em cinza aqui o Executivo e em azul os demais poderes, Legislativo,

Judiciário etc. Nós temos aqui exatamente como se dá esse quadro: São Paulo continua, de novo, dentro do limite, porque o máximo de todos os poderes é 60% e estamos com 51,71%. No caso do Executivo, o máximo é 49%, e estamos aqui em 43%; o prudencial é um valor menor, mas também estamos cumprindo. É importante isso, porque estados em violação da Lei da Responsabilidade Fiscal não só estão sujeitos a penalidades graves, mas a todas as dificuldades de tomar empréstimo, de restrições diversas, orçamentárias e de investimentos, o que não é, felizmente, o caso do estado de São Paulo.

Descrevendo apenas as operações de crédito, não foram muitas, convenhamos aqui, são valores relativamente pequenos. A construção da Linha 17 – foi aquilo que foi contratado em anos anteriores e executado este ano –, da Linha Ouro de Congonhas à rede metroviária, 9,9; a empresa metropolitana de transporte urbano, Jandira, Vila Yara, Itapevi, 4,1; Linha 5 Lilás do metrô, 70; fortalecimento da rede estadual de Saúde, 61; programa de transporte, logística e Meio Ambiente, 35; e programa de recuperação socioambiental na Serra do Mar e Mata Atlântica, 27. Total: 269,8. É um percentual pequeno da receita corrente líquida, portanto, está bem.

Nós estamos trabalhando aí em alguns outros empréstimos, como mencionei. Hoje mesmo estava trabalhando nesse assunto lá com o Tesouro Nacional, com a Casa Civil, para remeter ao Senado uma operação de 300 milhões de reais para a Sabesp. Temos uma operação grande também de 600 milhões, um pouco mais até para... Está bom isso? Hã? E vai sair na primeira etapa 400. Estamos trabalhando aí em diversas frentes, visando aumentar essa possibilidade. Nós tivemos, em algumas dessas viagens, algumas oportunidades interessantes; na China, por exemplo, o Banco de Desenvolvimento da China pretende abrir linhas de crédito para investimentos importantes no Brasil, mas para investimentos mais relacionados aos investimentos chineses, não necessariamente só para as empresas chinesas, mas tem alguma participação.

Mas o Novo Banco de Desenvolvimento, o New Development Bank, que é o banco dos Brics, este, sim, pretende fazer empréstimos importantes para investimentos de infraestrutura, particularmente no estado de São Paulo. Estivemos lá, conversamos com a direção do Novo Banco de Desenvolvimento, conversamos com o Banco de Desenvolvimento da China, e ambos têm limites alocados para o Brasil de cerca de dez bilhões de dólares. Eu acho particularmente relevante o Novo Banco de Desenvolvimento, o banco dos Brics, porque é um investimento específico, inclusive direcionado para a infraestrutura. Serão recursos substanciais que poderão organizar uma

parte dos projetos, mas, de qualquer maneira, existem diversas fontes de financiamento interessadas, diversos investidores.

Quando estivemos, por exemplo, em Londres, eu fiz uma palestra lá para investidores interessados na infraestrutura de São Paulo; nós tínhamos lá cerca de 60 investidores na sala da embaixada brasileira, todos muito interessados nos nossos diversos projetos de investimento em São Paulo, sejam rodovias, ferrovias, portos, aeroportos regionais, sejam outros projetos, como talvez o Arena Ibirapuera, por exemplo, um projeto grande de 20 mil pessoas, prisões. Diversos tipos de projetos, os mais diversos possíveis, estão sendo bastante demandados e são objeto de interesse. Em resumo, há um potencial grande aí de nós termos um investimento e, portanto, um crescimento maior em São Paulo.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, basicamente é isso que eu gostaria de apresentar e, obviamente, estou aqui à disposição para termos um diálogo. Eu espero esclarecer o máximo possível.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Gostaria de deixar então registrado aqui que nós vamos abrir agora as inscrições. Todos os deputados que quiserem falar terão a oportunidade. Estão na lista: deputado Alex de Madureira, depois o deputado Paulo Fiorilo, depois o deputado Delegado Olim, depois o deputado Ricardo Mellão. Há mais algum deputado que deseje se inscrever?

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - Deputado Castello Branco.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deputado Castello Branco. Há mais algum deputado que queira se inscrever? Então eu quero... Eu vou... Estão fechadas as inscrições, então mais nenhum deputado consegue se inscrever. O tempo do secretário é muito corrido; 16 horas, nos foi pedido isso, para que possa terminar até 16 horas. Então os deputados terão aí aproximadamente uma hora para nós... Os cinco deputados que vão tomar os 50 minutos para poder fazer as suas perguntas e o secretário responder, então as inscrições estão fechadas. Será tempo corrido, o deputado fará todas as perguntas e o secretário vai responder todos os questionamentos. É a forma que nós vamos tratar devido ao tempo do secretário.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, só para fazer uma ponderação, se for possível, eu não quero tomar muito tempo, mas se a gente pudesse usar os dez minutos com as perguntas e as respostas, eu fico dentro dos meus dez e eu tenho certeza que o secretário vai também usar os dez dele, porque senão a gente pode ter uma dificuldade, e se eu não conseguir perguntar todas nos meus dez o senhor corta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Então está registrado que eu vou contar o tempo da sua pergunta, da resposta do secretário...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, a resposta dele é no tempo dele.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, eu vou fazer...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É que o senhor está usando dois pesos e duas medidas. Eu vou gastar os meus dez minutos perguntando e ele vai responder nos dez minutos, é só isso. Não, é dez para mim e 20 para ele... 10 para ele.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, o secretário tem o tempo que ele acha que deve para responder, a resposta do secretário está aberta em relação ao tempo. Em relação aos deputados, cada deputado terá dez minutos para perguntar de forma direta. A primeira pergunta é essa, a segunda pergunta, a terceira pergunta... Devido ao tempo do secretário. Então eu estou deixando bem registrado isso.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Eu vou começar porque tenho uma pergunta só, que é mais rápido. Isso aqui vai dar uma canseira de três horas, você conhece, não é?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu vou liberar o secretário para a viagem de hoje à noite.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputado, com o tempo regimental de dez minutos, deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Queria cumprimentar primeiramente aqui o nosso nobre ministro, sempre ministro, Henrique Meirelles. Agradecer mais uma vez a vinda do senhor aqui a esta Casa, muito nos alegra essa apresentação que nós vimos hoje.

Estamos chegando, deputado Paulo Fiorilo, no primeiro quadrimestre de 2019, na apresentação, então aquele problema que a gente teve nas primeiras apresentações acabou. Isso já resolve um grande problema de Vossa Excelência. Se tem problema na economia, chama o Meirelles que resolve. Esse é o slogan e é por isso que o nobre Ministro Meirelles está aqui no estado de São Paulo e nós aqui, ministro, aguardamos ansiosos a chegada da peça orçamentária para 2020. Tenho certeza que o senhor tem feito um trabalho com excelência à frente da Secretaria de Fazenda do Estado e nós estamos ansiosos aqui para a chegada da peça orçamentária de 2020.

Na sua visão, ministro, haverá um crescimento do PIB para 2020, especificamente no estado de São Paulo? E se existe previsão para isso na sua visão, essa é uma pergunta. Pode fazer todas as perguntas ou já responde e a gente... O meu vai ser rápido, porque são três perguntas só. Então a primeira pergunta é essa, se na visão do senhor haverá um crescimento do PIB para 2020 e se tem previsão para isso. A segunda pergunta: como retomar a atividade industrial no estado de São Paulo? Quais as ações, na visão do senhor, que podem ser tomadas para a retomada do crescimento da atividade industrial no estado de São Paulo? A última pergunta: com essas novas concessões de pedágios no estado de São Paulo, o senhor tem ideia de quanto será arrecadado? Se isso vai ajudar para o Orçamento de 2020? Essas são as minhas perguntas, presidente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O deputado Alex gastou dois minutos, ele tem, portanto, mais oito. Eu queria perguntar se o deputado pode ceder para eu poder fazer o acordo aqui de combinado. O senhor pode ceder os oito minutos?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O tempo é do deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Eu...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É que ele ficou olhando para o senhor, não sei se ele estava em uma dúvida. É sim ou não, me devolve aí...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Eu acho que cada deputado tem dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Se o deputado quiser fazer uso depois desse tempo... É a questão acho que do deputado. Eu não posso me intrometer nisso.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Essas são as minhas perguntas, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Secretário, por gentileza.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Bom, em relação ao PIB, sim, deve haver um crescimento do PIB em 2020. Esperamos que seja superior ao de 2019; 2019 está orçado, como mencionei antes, está orçado em cerca de 1%, e a nossa previsão para 2020, que inclusive consta no Orçamento, é um crescimento – que é praticamente o dobro desse – de 2,7%. Esse é o aumento que nós prevemos e que consta no Orçamento. O mercado é volátil nisso, sobe, desce etc.

O crescimento de 2019, dizem, começou em 2,5%, desceu, o limite também oscila, mas nós achamos que 2,7% é uma estimativa baseada aí em uma média ponderada entre mercado, diversas entidades e os nossos economistas do Governo e da Secretaria da

Fazenda em particular. Prevendo a inflação aqui de 3,82% para o ano também de 2020, que é um pouquinho abaixo da meta do Banco Central de 4% para 2020. A meta era de 4,5%, veio abaixando para 4,25% e chegou a 4% para 2020. Eu estava ainda no Ministério da Fazenda quando eu presidi a reunião em que o Conselho Monetário Nacional fixou essa meta de 4% de inflação para 2020 e a nossa expectativa hoje é de que estará um pouco abaixo da meta a inflação. É um crescimento que parece realista, obtível, factível e, portanto, acreditamos que deveremos chegar lá.

Em termos da retomada industrial, é importante nós falarmos da retomada industrial de São Paulo, porque dessa nós temos dados mais objetivos. Nós estamos trabalhando duramente e já existem decisões importantes consubstanciando a retomada industrial no estado de São Paulo. Nós temos, por exemplo, o setor de siderurgia... Já é um anúncio importante de uma indústria tradicional, inclusive, e tem lá várias décadas instalada no Rio de Janeiro. Vai manter as suas instalações, evidentemente, no Rio de Janeiro, mas é uma expansão importante de nova atividade industrial em São Paulo.

Nós temos, no caso, por exemplo, da indústria automobilística – um setor mais dinâmico e que tem possibilidade grande de retomada mais rápida –, como eu mencionei, um anúncio de uma empresa grande, que tinha inicialmente anunciado que iria fechar no Brasil. No dia 11 de janeiro ela anunciou que ia fechar no Brasil e ia demitir 65 mil empregados, com impacto de 350 mil empregos indiretos no País todo e um impacto grande no estado de São Paulo, principalmente no ABC e em São José dos Campos.

Nós trabalhamos duro conversando com a diretoria da empresa lá e aqui, eu próprio estive lá no ABC em uma reunião com 70 fornecedores da empresa e deixei claro a primeira coisa mais importante: que não haveria incentivo fiscal, que era uma decisão empresarial, mas que, de fato, em função disso, não deveria ficar todo mundo parado esperando que o Governo fizesse alguma coisa sozinho, porque não tem espaço para isso, como já ficou claro aí nos números do Orçamento, mas que existia, sim, espaço na medida em que todos colaborassem.

Os fornecedores todos decidiram baixar margens, os revendedores baixaram margens, a empresa assumiu prejuízos etc., e no final essa empresa investiu dez bilhões de reais no Brasil ao invés de fechar. Em seguida, uma outra montadora anunciou o investimento de 1,4 bilhão de reais; depois nós tivemos, agora, recentemente, uma outra empresa alemã, quando nós estivemos na Alemanha. Posso anunciar o nome dessas empresas todas, não tem problema: a primeira foi a General Motors, a segunda foi Scania, depois, na Alemanha, foi a Volkswagen, agora, no Japão, a Toyota; a Mercedes também

já anunciou. Em resumo, estamos trabalhando com todas as companhias e existe um movimento geral. Agora a Caoa deve também possivelmente anunciar um investimento aí, mas não está consolidada ainda a decisão. Existe toda uma série grande de projetos em andamento e de outras empresas que ainda não anunciaram, mas estão estudando e têm falado conosco, e acredito que focam nessa retomada industrial de São Paulo.

Então esse é um processo de fato em andamento e há outros setores totalmente diferentes, por exemplo, hortifrutigranjeiros; trabalhamos com eles e criamos um regime especial de incentivo, porque tinha uma distorção interessante no hortifrutigranjeiros, só para se ter uma ideia, por exemplo: um alface, você pega um alface, se o produtor ou o vendedor na feira te vendesse um alface sujo, não tinha imposto, se lavasse o alface, tinha ICMS; te incentivam a vender o alface poluído. Então nós padronizamos esse negócio, ou tem ou não tem. Não é pelo fato de lavar que vai considerar aí um semimanufaturado, não, lavar é simplesmente lavar, continua sendo manufaturado.

E uma série de realizações nesse sentido que, em resumo, está indo bastante bem. Farmacêuticas estavam saindo muito de São Paulo, indo para municípios vizinhos e até mais longe também. Conversando com eles e mostrando todo o interesse, foram criados em São Paulo 12 polos industriais, isso é importante, porque não adianta... Você cria um polo industrial, por exemplo, indústria química, indústria siderúrgica, indústria naval, indústria de qualquer outra coisa, você vai ter ali toda uma série de estruturas específica para isso, desde a infraestrutura, logística, mais formação de mão de obra, pesquisa das empresas todas reunidas na mesma região etc. Então tudo isso você pode organizar de uma forma muito mais racional, muito mais econômica e muito mais atraente para as empresas.

Então esses polos industriais estão de fato atraindo grande interesse. Nós tivemos, por exemplo, anúncio de investimentos grandes na área de celulose, por exemplo. Uma empresa de Singapura, a Bracell, anunciou um investimento enorme e vai por aí. Então certamente acreditamos, sim, e temos evidências concretas de um rito de investimento que vai mostrar uma retomada industrial importante, substancial, forte, em São Paulo.

Concessões e pedágios: nós estamos exatamente finalizando isso, esse cálculo, nesses últimos dias. Inclusive o grupo está até trabalhando nisso hoje lá no Governo – Secretaria do Governo e Secretaria da Fazenda em conjunto –, e devemos, na submissão do Orçamento aqui na segunda-feira, ter esse cálculo, mesmo que tenhamos que trabalhar no fim de semana, por quê? Porque é um cálculo que demanda avaliações de mercado, busca de possíveis... Consulta de investidores, não é algo assim que... O número é fácil!

O que você acha que vale isso daqui? Bota lá o número. Inclusive no Orçamento do ano passado tinha lá, dez bilhões de venda de não sei o quê, venda de ativos, investimento, concessões, mas na realidade não estava consolidada em uma base.

Nós estamos trabalhando duro para... Por exemplo, a Centrovia de Piracicaba até a divisa com o Paraná, quanto deve render essa estrada? E quanto disso é em 2020? Quanto disso nos anos seguintes? A ferrovia, essa que vem de São José para São Paulo, nós estamos planejando – de Campinas para São Paulo e de São Paulo para Santos – o quanto isso pode, de fato, demandar de investimento público e privado. Marginais, mesma coisa, um trabalho conjunto com a prefeitura de São Paulo; Rodoanel, financiamento para terminar o Rodoanel; Tamoios e vai por aí. Em resumo, nós estamos trabalhando aqui duro etc., estamos na fase final de cálculos e certamente na segunda-feira os senhores terão as dados precisos destas estimativas. Obrigado.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Obrigado, ministro.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Passo a palavra ao deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, o deputado Olim...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Só registrando a presença do deputado Enio Tatto, deputado Roberto Morais, que passou por aqui, e deputada Professora Bebel.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O deputado Olim pediu para eu fazer uma inversão, então ele faz a pergunta primeiro, porque ele tem um outro compromisso e em seguida eu faço as minhas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deputado Delegado Olim, tem o tempo regimental.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Primeiro, já agradeço ao deputado Paulo Fiorilo, cumprimento a todos os nossos deputados aqui presentes, cumprimento o

presidente, cumprimento o Sr. Secretário Henrique Meirelles e também o meu amigo secretário-adjunto, Milton Santos.

Secretário, vou chamar o senhor de ministro, porque o senhor foi um dos melhores ministros do governo Michel Temer, que aliás, foi um grande presidente da República, quero deixar bem claro isso. Eu queria fazer uma pergunta para o senhor: em todos os eventos, eu sou delegado de polícia e sou deputado, e em todos os eventos do governador João Doria, meu amigo, ele fala que a Polícia Militar terá os melhores salários, com exceção de Brasília, todas as inaugurações, viaturas. Aqui conosco, no Colégio de Líderes, quer dizer, ele está se comprometendo e eu estou aqui acreditando e segurando aí a Polícia Civil, porque nós acreditamos no governador.

O governador tem palavra e é um Governo que está fazendo muito pelas polícias, colocando equipamentos, viaturas novas, não tem pobreza com as viaturas, não tem problema com a polícia. Prédios com dignidade para os policiais, papel higiênico, que nunca teve, papéis para trabalho, computadores de última geração. Pergunto para o senhor, pelo cálculo feito pelo Sindicato e Associação dos Delegados, os oficiais delegados de polícia, no mínimo, para dar esse aumento nesses quatro anos em que ele se compromete, teria que ter 90% de aumento – é o nosso cálculo, mais ou menos, feito pelo sindicato e pela associação – e as demais carreiras da Polícia Civil e Militar seria na faixa de 130%.

Eu pergunto agora ao ministro, porque o seu slogan de campanha era “Chama o Meirelles que eu faço”, como seria esse aumento e como é que o senhor vai fazer para arrumar dinheiro, visto que eu vi todo esse dinheiro aí que já está meio comprometido? Como será feito para que as polícias possam ter os melhores salários nesses últimos anos, por esse partido que ficou tanto tempo e estagnou o salário do funcionalismo público todo e dos policiais, não tenho nem o que falar, porque eu sou policial civil e eu sei que há anos não tenho aumento. O senhor podia me responder, por gentileza?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não, deputado. Em primeiro lugar é importante mencionar que nós contingenciamos o Orçamento, seis bilhões de reais e, portanto, retiramos margens de aumento de todas as secretarias, com exceção, primordialmente, da Segurança, segundo Educação e Saúde. A proposta inicial da Secretaria de Segurança do general Campos foi aceita, portanto isso deve ser possível dentro daquilo que já está previsto no Orçamento que já está nesses números. Quando eu mencionei o contingenciamento, ele não atinge essas três áreas, mas certamente nós

estamos trabalhando duro para viabilizar exatamente essas fontes de receita, como eu mencionei.

Estamos trabalhando aí fortemente na questão da securitização dos royalties de petróleo e em medidas fortes também de aumento da arrecadação, intensificação das fiscalizações e isso tudo deve... Agora, o importante é que a prioridade de fato é Segurança, Educação e Saúde. Isso não foi contingenciado, portanto, tinha sido planejado, está no Orçamento e recursos adicionais poderão ser alocados prioritariamente nessas áreas, o que significa priorizar a Segurança.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Então o senhor acha que o governador consegue manter esse compromisso?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Acredito que sim. Se ele falou, está falado.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Eu acredito no senhor, muito obrigado. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Passo a palavra ao deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Muito obrigado, Sr. Presidente. O senhor só registra o tempo do deputado Olim. Primeiro, saudar aqui o ministro Meirelles, secretário e o senhor deve perceber que assim, parece haver uma dificuldade ou uma preocupação com a base do diálogo franco, do debate e tal, mas eu sei que, ao contrário, o senhor sempre está disposto a esse diálogo. Então, quando eu sugeri as perguntas e respostas, talvez fosse até para facilitar as perguntas que eu tenho e as respostas que o senhor vai poder nos trazer, mas eu queria começar, secretário, com os apontamentos que o senhor fez.

Primeiro, o senhor afirmou que São Paulo está bem melhor que o Brasil e que a expectativa de crescimento, na resposta do deputado Alex, é que a gente vai ter mais de 2% no estado de São Paulo. O senhor falou da possibilidade de crescimento, claro que há uma volatilidade...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - 2,07 por cento.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É, eu tirei o 07. Uma volatilidade do mercado, a gente ainda não sabe exatamente como é que o ano se fecha, mas há uma expectativa de que agora, no final do ano, haja uma melhora, até por conta de 13º, do aquecimento do comércio e assim por diante. Bom, então a primeira constatação é de que a gente tem uma situação melhor do que a situação do governo federal. Talvez pelas iniciativas do Governo, porque o governo do estado sempre foi considerado a locomotiva do Brasil e assim por diante.

Daí, secretário, eu tenho algumas dúvidas e queria ver se é possível a gente dialogar sobre elas. A primeira: o senhor disse que está empenhado em ampliar recursos, em conquistar... A discussão dos royalties, parece que a Sabesp já está fora, pelo menos para esse cenário imediato, não é? Porque a expectativa do senhor na outra reunião era de que a Sabesp ainda pudesse ser um ativo importante, o que não será; mas mesmo, não me parece que a situação do Estado é uma situação ruim do ponto de vista da arrecadação. No primeiro quadrimestre, a gente percebe, que os dois principais impostos aumentaram além, se a gente usar o IPCA, além do IPCA, tanto o ICMS como o IPVA.

E aí eu queria perguntar para o senhor: a política do governador tem sido de extinção de empresas, tem sido de fusões e de parcerias público-privadas, o senhor poderia me informar, porque a gente ainda não sabe, quais são as próximas empresas que o Estado vai privatizar? Já tem uma lista pública, o senhor pode me informar? E se a FURP será privatizada. Se a FURP, essa empresa aí que produz medicamentos, se ela será privatizada e qual é a modalidade dessa privatização. Eu vou...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deputado Paulo, eu vou ser flexível.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Está bom, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para o secretário responder, eu acho que foram várias perguntas e depois...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Tá, porque aí a gente vai no diálogo e eu gasto os meus 15 minutos, secretário.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, sim, São Paulo deve crescer mais do que a média nacional, mas, como eu frisei bastante, é importante notar que a média nacional está muito baixa. Então, quando cresce mais, não é que está crescendo conforme as nossas expectativas, conforme seria o quadro desejado. Está crescendo, mas cresce pouco, em função das nossas necessidades e acima da média nacional, que está muito baixa, porque essa média nacional é São Paulo crescendo um pouquinho e o restante do Brasil crescendo ainda menos. Nós devemos também inclusive considerar que nós temos uma série de estados que já decretaram estado de calamidade financeira, que já estão lá pedindo ajuda para o governo federal, porque não consegue sequer pagar os salários.

O fato de nós estarmos aqui conseguindo fechar o Orçamento e cumprir todos os compromissos, inclusive esses compromissos, esse... Não é um compromisso, mas esse objetivo de investimento que eu mencionei nos números aqui, mas, principalmente, todos os compromissos do Estado de pagamento de salários, de despesas correntes etc. O Estado vai cumprir todas as suas obrigações e ainda fazer um pequeno investimento. Portanto, é um quadro que, dentro dessa situação geral do País, é talvez o melhor possível. Isso não quer dizer que seja ótimo em termos ideais, históricos, não. Significa que é melhor do que todos os demais e é equilibrado, mas com um ajuste firme, um ajuste, como eu mencionei, com um contingenciamento de seis bilhões de reais.

O Dr. Roberto Yamazaki está ali do lado, é o homem que fica controlando as despesas lá. O secretário vai lá conversar com ele e ele lá com a chave do cofre, contando o que pode e o que não pode. É uma luta para que possamos fazer de fato uma prioridade e discutir, por exemplo, o que são despesas de Segurança e olhar mesmo quais são as necessidades reais do Estado, o que é mais prioritário e localizar nisso.

Em relação à FURP, estão fazendo estudos, sim, para considerar qual é a melhor alternativa para ela e, nesse aspecto, caso haja uma alternativa de entrada de capital privado, por exemplo, qual seria a modalidade, mas isso não está decidido, nós estamos estudando. O importante é que é uma empresa relevante, é uma empresa que interessa estrategicamente ao Estado e, portanto, é uma prioridade aqui no estudo de como fazer, como reforçar, como levar isso adiante e ter essa empresa mais forte e capitalizada. Como é, em uma outra dimensão, o caso da Sabesp, que, não fosse o fato de a Medida provisória não ter sido aprovada e de ficarmos sem o marco regulatório, nós já teríamos, a essa altura, tomado providências de capitalização da empresa de uma forma ou de outra, mas

nesse caso é uma situação muito particular, porque a lei que regula o setor está em votação no Congresso.

Estive anteontem, inclusive, em uma reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e ele acha que deve votar neste ano essa lei do saneamento. Espero que sim, porque é de fato muito importante, não só para o caso de São Paulo, da Sabesp, mas para os demais estados brasileiros.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu perguntei da lista. Tem outras, além dessa que o senhor cita da FURP e da Sabesp?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Olha, nós estamos estudando, estamos agora exatamente nesse processo de estudar e vamos anunciando na medida em que fomos tomando decisões de empresa a empresa, nós não fizemos uma lista assim superficial, olhando as empresas e dizendo: “Vamos pegar essa lista aqui e vamos tomar providência tal, vai privatizar ou vai fechar ou vai injetar capital, ou vai aumentar...”, não. Nós estamos olhando com cuidado. É verdade que estamos olhando todas, mas a que é prioritária no momento é a FURP – já fizemos um grupo de estudos grande para a Sabesp, como já mencionei várias vezes –, já houve a Dersa e agora vamos estudar qual é a melhor solução, porque cada uma pode ser uma solução diferente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigado, secretário. Nós tivemos aqui um diálogo com a secretária Patrícia Ellen e discutimos um pouco a questão do desemprego e a situação do Brasil, que é uma situação ruim, o senhor sabe disso, a gente já teve 25,4% de desempregados, hoje a gente já tem índices mais perto de 12%. O estado de São Paulo tem 3,3 milhões, nas contas da própria secretária, podendo chegar a dez milhões de desempregados. Dez milhões de desempregados.

O senhor fez aqui uma referência ao salário dos profissionais de Segurança e de Educação. Já há estudos quanto aos índices ou isso é uma coisa que vocês ainda estão estudando, discutindo, porque nós estamos já entrando em outubro, a expectativa é de que o reajuste saia ainda esse ano?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Olha, a princípio sim, mas nós estamos vendo as possibilidades orçamentárias, por isso eu mencionei muito essa questão dos royalties, porque nós temos que fechar o Orçamento de recursos e a partir daí definir

prioridades. Agora, em termos salariais, essas são as áreas – não só em termo salariais, mas despesas correntes, manutenção de Orçamento – prioritárias.

Definido o momento em que nós temos a disponibilidade clara de recursos, nós anunciaremos imediatamente. Eu, particularmente, não gosto muito da ideia de ter uma decisão já tomada e não anunciada. A ideia é tomar uma decisão e já anunciar imediatamente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Perfeito. Secretário, agora vamos entrar nos temas ligados a questões que o senhor trouxe. Eu queria tratar primeiro dos precatórios. O senhor sabe informar qual é a situação dos pagamentos precatórios pelo Estado?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Olha, os precatórios estão sendo pagos dentro das possibilidades orçamentárias. Vocês têm alguma observação? Este ano três, aproximadamente, mas como eu disse, dentro das possibilidades orçamentárias.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Isso significa que, dentro das possibilidades orçamentárias, o cumprimento da decisão pela EC 99 de estoques precatórios 2024 vocês não têm essa expectativa de alcançar ou têm?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Não.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Não.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - E aí o Governo enviou para a Casa o Projeto de lei 899/2019, que muda ou quer postergar e reduzir os valores pagos com os precatórios. O senhor podia aproveitar, inclusive porque aqui é a Comissão de Finanças e a gente vai para o debate no Plenário, e dizer o porquê dessa posição. Até porque a gente tem recebido do Colégio de Líderes, posições contrárias a essa mudança apresentada pelo Projeto de lei. É o 899/2019. É o dos precatórios, que muda o valor. Isso.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Aí são as obrigações de pequeno valor, não são os precatórios em geral. Certo?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Isso, são as obrigações de pequeno valor, até 30 mil. Isso. O senhor não quer explicar? É melhor, é importante.

O SR. - Esse Projeto de lei que foi encaminhado aqui tem como objetivo – na medida em que nós estamos passando por uma situação, do ponto de vista orçamentário, bastante delicada, conforme o secretário explanou aqui os números –, não perder a oportunidade de continuar fazendo esses pagamentos, porém, com valores agora reduzidos, não mais aqueles que estavam inseridos anteriormente, por isso o encaminhamento para a redução, para um valor em torno de 11 mil reais, essas são obrigações de pequeno valor.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Agora, nesse caso, diante do quadro apresentado – depois vamos discutir o quadro –, não era melhor pensar em uma mudança em que atingisse os que têm mais, e não aqueles que têm menos?

O SR. - Seria possível, mas nesse momento ficou muito mais claro para a gente, pegando esses valores, e pagar a essas pessoas pelo menos um valor do que efetivamente, dada a indisponibilidade de recursos, a gente não conseguir levar avante.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Vocês têm um cálculo do quanto isso significa do ponto de vista do total de pagamentos e quem tem mais no total de pagamentos?

O SR. - Só um minutinho, espera aí.

O SR. - O que está acontecendo é o seguinte: há uma progressão muito grande em relação ao pagamento de OPV. Nós estamos pagando, a projeção inicial para este ano era de 800 milhões, teve uma redução orçamentária que caiu para 500 e agora nós estamos tentando atingir, chegar a alguma coisa em torno de 900; mas se efetivamente for dar continuidade a este valor, que é um dos maiores valores do País, a média geral é justamente na faixa de 11, dois tetos do salário mínimo, que é mais ou menos... Nós

chegaríamos por volta de 800 milhões, que são valores que não compõem o total dos precatórios.

Quer dizer, a gente paga precatório na faixa de dois bilhões e tantos, e mais, se continuasse nessa progressão, um bilhão e 200, um bilhão e 400. Então nós estamos fazendo um ajuste nesse valor para efetivamente isso tornar possível o pagamento, porque senão, é uma progressão tão grande que a gente não está conseguindo acomodar isso orçamentariamente. Então isso ficaria, provavelmente, na faixa entre 800 e 900 milhões por ano, a exceção do pagamento do precatório integral, que é um quinto da receita corrente líquida.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Agora, vocês não consideram a possibilidade de rever, pensando do menor para o maior?

O SR. - Essa foi uma estimativa elaborada, porque quem controla isso é a Procuradoria Geral do Estado. Na prática, o estudo técnico com relação ao valor e a forma ou o contingente de pessoas que poderiam ser atendidas foi feito pela equipe técnica da Procuradoria.

O SR. - Nós entramos com a faixa da possibilidade financeira. Orçamentária e financeira.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigado. Secretário, queria voltar aqui para a dívida agora, até para encaminhar para as minhas últimas perguntas. Só para ajudar, secretário, eu não sei se o secretário-adjunto ou os outros secretários poderiam verificar, mas o demonstrativo da dívida consolidada líquida, que está no site da Secretaria, parece que ele incorre em um erro no que diz respeito a empréstimos. Eu vou deixar com vocês, o valor apontado não é o valor da somatória, é diferente do que vocês trouxeram aqui e que apresentaram. A página é a de Dívida Consolidada, do Governo do Estado de São Paulo, Relatório Geral Fiscal. É só uma sugestão para verificar se eu tive um acesso errado ou se de fato na página consta um erro, se vocês pudessem olhar. Eu vou até pedir para passar para o senhor dar uma olhada.

Secretário, como estão as dívidas do Estado e os pagamentos com juros, encargos e amortização da dívida? A dívida consolidada cresceu 0,6 para 1,77 bilhão, o senhor poderia explicar um pouco essa oscilação?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Bom, muito simples, a dívida dos estados, principalmente com a União, é a maior dívida. No ano de 2016, as medidas que eu tomei enquanto ministro da Fazenda foram exatamente para concluir a renegociação e a reestruturação da dívida dos estados com a União. Essa negociação, para você ter uma ideia, estava em andamento desde 1997; em 2016, portanto, em 30 dias nós concluímos isso e foi dado um período de, vamos dizer assim, carência – um período sem pagamento, vamos dizer – de dois anos, para dar uma determinada folga aos estados e depois os estados retomarem esse pagamento.

Houve uma queda dos pagamentos de juros e amortização, principalmente amortização, e isso começa agora a ser retomado, então teremos aí uma mudança, uma flutuação importante aí nesses valores, que vão todas ocorrer de acordo com o cronograma da renegociação da dívida. Nós podemos lhe passar em termos depois, porque eu fiz isso, na realidade, do outro lado, quer dizer, eu negocieei com os estados...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - E o senhor nem imaginava que ia ficar desse lado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - É, eu até estava brincando hoje com o pessoal que esses dois anos aqui de carência não foram bons não, tinha que ter botado uns quatro, mas – brincadeira –, mas o fato é que – porque, de fato, dois anos é um período bastante adequado – isso vai ser retomado e vai gerar essas flutuações importantes agora.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Bom, eu disse que a dívida consolidada cresceu, mas, por outro lado, a dívida consolidada líquida caiu 3,5%, – 9,8. Minha pergunta é: ela caiu de fato ou tem a ver com a disponibilidade de caixa que aumentou?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Olha, a disponibilidade de caixa aumentando, no caso, vamos olhar aqui o seu número. É a página...?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Na verdade, eu usei as tabelas produzidas lá pela Secretaria, mas a gente pode ir para as dívidas aqui.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Dívida, aqui, 16?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - A dívida consolidada líquida teve uma redução de 3,5 e a consolidada cresceu 0,6.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Vamos aqui...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É que eu acho que não está nessa tabela do senhor.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Não?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não. Eu usei uma outra tabela, essa tabela que eu mostrei.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Me dá essa tabela aqui, só para nós falarmos a mesma linguagem. Então vamos lá: a dívida consolidada fechou com 313; deduções: 43. Então o que aumentou na realidade? Quer dizer, a dívida em si aumentou. No entanto, a pergunta é: se nós olharmos a consolidada líquida, ela caiu – a sua pergunta – de 279 para 269. Qual é a razão disso? O aumento das deduções, que saíram de 32 e foram para 43. Então é exatamente esta a razão principal.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Da diminuição.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Agora, nessas deduções, tem uma aqui que na realidade é uma adição, muito importante para esclarecer esse aspecto, que é o problema dos restos a pagar processados, porque os restos a pagar, na realidade, aumentam; eles são o contrário, apesar de estar em dedução, no caso aqui eles aumentam. Então os restos a pagar do exercício anterior a 11 bilhões e agora um bilhão 651. Aqui é a grande diferença que faz com que, apesar do aumento de 26 para 29 e da disponibilidade de caixa – em primeiro lugar, é bom isso e reduz também, mas há uma pequena queda nos haveres financeiros de um bilhão, a disponibilidade de caixa aumentou três, mas a diferença seria dois. O problema... O problema não, a solução, no caso, é que os restos a pagar caíram substancialmente, é isso.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Os restos a pagar caíram substancialmente em função dos cancelamentos ocorridos no início do Governo, foi isso? E o caixa, a disponibilidade de caixa que aumentou...

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Não, de pagamento.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Isso, o que pagou e o que também teve aquele... Me lembra da questão do Márcio França, que o senhor mesmo colocou aqui que houve um cancelamento porque não tinha empenho ou não tinha reserva...

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Exatamente. Quer dizer, houve uma regularização dos processos e o pagamento.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Vamos seguir, ainda, rapidamente aqui: Previdência.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Previdência, vamos nessa.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - A Previdência parece que é um dos temas que o senhor tem mais interesse, não é? Os dados que o senhor traz mostram uma preocupação grande, mesmo – eu já falei assim na vinda do senhor aqui anteriormente – que o estado já fez uma reforma, mas me parece que ela não foi ainda o suficiente. Pergunta que eu queria fazer para o senhor. Qual é a proposta que vocês estão pensando? Se o Senado aprovar a inclusão dos estados, deve ter que votar também aqui na Assembleia as mudanças necessárias, perfeito? Vocês querem mexer também nos inativos? Qual é a proposta que está sendo discutida e gestada pelo Governo?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Olha, a princípio é a proposta que está sendo votada no Senado, uma PEC paralela, que como V. Exa. coloca, de fato, aprovada lá, nos termos aqui, está à demanda de uma aprovação aqui da Assembleia. Tudo bem, eu acho ótimo isso; será uma oportunidade excelente de nós discutimos aqui esse assunto e esclarecermos exatamente os pontos que nós estávamos falando. Para tu ter ideia... Eu não estou sugerindo que nós façamos esse tipo de reunião com esse tipo de duração, não ouça o que eu vou falar com uma sugestão, não, mas para discutir esse assunto, por

exemplo, da Reforma da Previdência Federal – que foi quando eu comecei a abrir a discussão pela primeira vez –, nós tivemos reuniões lá na Câmara que eu fiz com diversas bancadas – eu fiz bancada por bancada, bancada das mulheres, bancada dos trabalhadores de tal área, bancada de diversos partidos – e algumas dessas reuniões demoraram seis horas, mas eram mais complexas realmente.

Agora, voltando ao regime da Previdência, aqui é mais simples, porque é simplesmente o Regime Próprio. Lá não, lá você tem N regimes dentro do regime geral. Mas voltando aqui, a nossa ideia é que, sendo aprovada a mudança do Regime Próprio como proposta no Congresso, na PEC paralela, nós vamos trazer aquele projeto à Assembleia, que é basicamente a proposta que está sendo feita para o Serviço Público Federal, e também fazer para o Serviço Público Estadual. Se nós olharmos aqui os números, nós vamos ver exatamente o que está acontecendo: de 2014 até 2019, as despesas totais com a Previdência cresceram de 25 para 35.800, e o mais importante é a rota de crescimento, como ela inclusive é constante e acelerou um pouco em 2018/2019. Então isso mostra como isso vai ocupando uma parcela cada vez maior do Orçamento e chega ao ponto em que essas discussões todas que nós estamos tendo aqui sobre salário de policial, de professor... E investimentos começam a ficar sacrificados exatamente por esse crescimento muito grande.

Se nós pensarmos aqui no Orçamento de 230 bilhões – de fato é efetivado aí um valor menor, um pouco acima de 220 –, nós temos aí 2019/2020 praticamente, que estão comprometidos aqui com o pagamento exatamente da Previdência, financiando essa diferença que há aí entre as contribuições e as despesas. Portanto, é necessária, sim, essa reforma, e a ideia seria, se aprovado esse projeto federal, trazer, senão, aí é outra coisa, aí nós vamos sentar com cuidado, analisar o projeto federal, que se for um projeto de iniciativa do Governo do Estado para ser apresentado aqui na Assembleia, aí, sim, nós vamos estudar com cuidado se é necessário alguma ou não modificação.

Esse é um tema em que eu tenho trabalhado muito, inclusive, porque a reforma federal fui eu que apresentei lá pela primeira vez e de fato é necessária. A situação federal, bem dizer, é mais dramática. O comprometimento do orçamento, para você ter uma ideia, em 2016 era 51% do orçamento; em 2017, 57% do orçamento; em 2018, mais de 60% e ia chegar, depois de alguns anos, a 80%. Então é insustentável, realmente. Aqui, felizmente, ainda estamos em números abaixo, mais também é insustentável para o Estado, já com 15% das despesas totais crescendo de uma forma descontrolada. Temos realmente que enfrentar esse problema e estamos aguardando o resultado lá da votação

no Congresso do regime dos servidores públicos, do Regime Próprio dos estados e dos municípios. Definido isso, ou nós apresentamos o projeto federal aqui, como aprovado lá, ou vamos apresentar, estudar e apresentar um projeto próprio de São Paulo, e aí não temos definido ainda exatamente como será.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deputado Paulo Fiorilo, só para deixar registrado, o secretário só terá mais dez minutos. Eu botei mais dois deputados, eu peço esse...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu prometo que eu vou fazer só mais essa pergunta e aí eu concluo. Secretário, rapidamente, eu reparei que se a gente projetar o que já arrecadou do ICMS, menos os impostos, a gente continua muito bem, 3,1% a mais se comparado com agosto do ano passado. A minha dúvida é a seguinte: o grande problema do Governo do Estado são os repasses federais; o senhor disse que, começo de Governo, suas dificuldades, o senhor acha que há algum outro problema que possa estar atrapalhando os repasses entre o governo federal e governo estadual?

E por último, como eu combinei com o presidente, sobre as isenções que a gente tratou da última vez, eu queria dizer para o senhor que, desde a última vez que o senhor veio aqui, até agora eu não consegui ter acesso a um documento que não disponibilizaram, que é o parecer, o PA 35 de 2007, da PGE. Minha assessoria já pediu, mas não disponibilizaram. Eu queria só pedir para o senhor – o senhor que tem no currículo a transparência – que pudesse pedir aí para o pessoal disponibilizar o parecer para a gente dar uma estudada e avaliar as isenções. Muito obrigado, Sr. Presidente, eu vou aqui aguardar inclusive as perguntas dos colegas.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não, em relação... Hã? (Fala fora do microfone.)

Não tem problema nenhum.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pode deixar com a minha assessoria? Então a gente troca aqui os telefones. E com relação à questão do governo federal?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Olha, não há nenhuma razão específica para São Paulo. Nós temos lá as dificuldades do governo federal, que eu conheço bem. O

governo federal está com o déficit, este ano, primário – não é nem nominal – anunciado lá de 130 bilhões e 129 ou coisa que o valha. Para você ter uma ideia, houve cortes de orçamento de ministério lá atingindo valores impressionantes, incomparavelmente maiores do que qualquer restrição que nós estamos fazendo em São Paulo. Então é uma situação, de fato, dramática, a situação do governo federal. Aí precisa aprovar a Previdência, mas não resolve totalmente, não, vai resolver a longo prazo, então eles estão contando com cessão onerosa e mais uma série de coisas.

Então o que está havendo é de fato uma dificuldade grande do governo federal este ano. Por exemplo, não repassou a Lei Kandir, não repassou ano passado nem este ano, mas esse não é um problema relacionado a São Paulo, é um problema direcionado a todos os estados. Tem esses sete estados em calamidade financeira para os quais o Governo fez um plano específico. Acho que está certo. Quando eu estava lá nós fizemos um plano específico para o Rio de Janeiro, mas aquilo, de fato, era calamidade mesmo, não estava pagando policial. O déficit orçamentário do Rio de Janeiro em 2017 era de 20 bilhões de reais. Havia sete estados declarados em calamidade financeira e fizeram o chamado Plano Mansueto – Mansueto, que trabalhou comigo e continua lá –, exatamente para uma ajuda específica para esses estados, mas aí não tem nenhum componente de ordem política ou de julgamento. Os sete estados em estado de calamidade financeira supostamente vão receber uma ajuda, mas não em dinheiro, do Governo, aporte. Eles vão receber autorização para tomar empréstimo. Então o governo federal, em resumo, não tem condições mesmo de repassar.

Eu tenho excelentes relações lá com todo o Ministério da Economia, como era de se esperar. Muita gente que trabalhou comigo está lá, Mansueto, Waldery. Os cargos de maior relevância lá do Ministério da Economia são de pessoas que foram nomeadas originalmente por mim, algumas mudaram de cargo, mas estão lá. É gente que eu confio, gente competente, séria, transparente, e eu tenho uma boa relação com o ministro Paulo Guedes, nos conhecemos há muitos anos. Então é uma relação transparente, não há nada específico... Ah, sim, há algo específico para aqueles estados que decretaram calamidade financeira e terão um tratamento específico. Obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Com a palavra, deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Boa tarde a todos. Obrigado, presidente. Queria agradecer e dizer que é um imenso prazer ter a presença do, permita chamá-lo assim, ministro Meirelles aqui, toda a sua equipe, o secretário Milton, Roberto Yamazaki, o homem do cofre e o Tinoco, que tem sido sempre solícito, muito atento com a nossa equipe aí para receber e ouvir as nossas demandas. Minha pergunta é breve, vou aproveitar que eu tive paciência para realizar o sonho do deputado Paulo Fiorilo, que era monopolizar a atenção do ministro Meirelles.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Muito obrigado.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - De nada.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas eu não tenho um Projeto aprovado lá.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Não, não tenho nenhum Projeto aprovado. Nem é de iniciativa minha, mas vamos lá, provocações à parte, vou me ater aqui ao tempo que me restou. Queria fazer uma pergunta sobre passivo atuarial. Fazendo um breve histórico aqui: em 2016, São Paulo efetuou pela primeira vez a mensuração e evidenciação da provisão atuarial do nosso Regime Próprio de Previdência e, na época, o valor a que se chegou foi de 658 bilhões ao passivo do Estado, certo? Em 2017, houve uma reavaliação desse pedido, inclusive, desculpa, houve uma reavaliação a pedido do Ministério Público de Contas, onde esse valor foi acrescentado, houve um acréscimo nele, e o valor total ficou em 732 bilhões. Em 2018, uma nova mensuração, e se acrescentou mais 107 bilhões a esse valor. Esse valor chegou, no total, a 839 bilhões.

A minha pergunta é: haverá uma nova atualização desse valor em 2019? Eu até pergunto isso, ministro, porque, em 2018 mesmo, o próprio MP, o Ministério Público de Contas, apontou que não foram incluídas nesse cálculo as informações das remunerações de 2.542 magistrados e dos benefícios de 274 mil e 86 inativos do Tribunal de Justiça, que eu imagino que vai ter um impacto muito grande e relevante nesse cálculo. A minha pergunta era essa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Bom, duas coisas: alguma reavaliação, deputado, nós sempre temos que fazer, em virtude do aumento do valor das

aposentadorias, a correção normal, e também em função da questão demográfica, isto é, o aumento do número de aposentados, que é um dos problemas que demandam a reforma da Previdência. Quer dizer, aumenta, sistematicamente, o número de aposentados e isso, de um lado, é uma coisa boa, porque nós temos um aumento de vida média da população brasileira em geral, particularmente de São Paulo, o que é bom; por outro lado, isso leva ao aumento das despesas de Previdência.

Então tem que haver reajuste, evidentemente, nas idades, em função dessas expectativas, e isso é o que visa exatamente a reforma da Previdência, fazer meramente um ajuste em função desse aumento da expectativa de vida. Por exemplo, a expectativa de vida de hoje, no Brasil... O tempo médio de aposentadoria são 59 anos para homens – antes da reforma –, o que é baixo para o Brasil. A expectativa média de vida se aproxima de 70, bem acima disso, as mulheres, substancialmente, acima de 70. Agora, o mais importante não é isso, porque aí leva em conta a mortalidade infantil, que é algo dramático, principalmente nas regiões mais pobres do País, mas leva a média para baixo. Mas se nós pegarmos pessoas que estão acima de 50 anos, de 50 anos de idade para cima, a expectativa de vida é muito maior, 75, dependendo da região do País, é muito grande, que são as pessoas que estão contribuindo.

Mesmo se pegar pessoas que têm hoje 40 anos de idade e que já passaram a parte onde a média é muito influenciada pela mortalidade infantil, isso aí tem uma expectativa de vida muito grande. O que é bom, é ótimo, melhor que seja assim. Agora, é importante que a Previdência aumente. Voltando ao seu ponto, portanto, esse reajuste, essa revelação é fundamental, porque isso visa exatamente, o que é isso? É o que será pago, em última análise. É um cálculo sujeito a alguma imprecisão, porque tem que prever, por exemplo, pegando em média aqui, nessa sala aqui, quanto tempo de vida em média esse grupo que está aqui ainda tem. É uma discussão complicada se você olhar isso em termos estaduais, qual é o tempo de vida médio ainda que as pessoas vão ficar recebendo aposentadoria. Então é sujeito a muita imprecisão, mas claramente há um aumento aí.

Agora, evidentemente, essa questão que o senhor apontou do Tribunal de Justiça é uma coisa específica... O Roberto Yamazaki quer dizer alguma coisa? (Fala fora do microfone.)

Então eles estão dizendo o seguinte: para responder a sua específica pergunta, a SPPrev vai fazer esse cálculo levando em conta, principalmente, a entrada do poder Judiciário, porque o resto é correção na margem. Não devem ser esses valores grandes como foram mencionados no passado, são valores mais na margem, não só da inflação,

mas do aumento da demografia. A coisa é gradual, agora, quando entra o contingente novo que não estava calculado antes, aí é diferente. Nós vamos calcular e vamos te passar.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Perfeito, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Com a palavra, deputado Castello Branco.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - Ministro, sempre uma felicidade receber o senhor aqui e a sua brilhante equipe. Muito obrigado. A pergunta é uma só, uma vez que outras já foram aqui extintas, e muito pontual: está tramitando nesta Casa agora a aprovação do Projeto de lei 752/2019, que diz respeito ao IncentivAuto; eu gostaria de ouvir do senhor – com calma, porque é matéria polêmica, acalorada, tem gerado discursos diversos e polarizados, e por tratar-se de matéria técnica, matemática, eu gostaria de entender do senhor e da sua equipe, até para formar opinião a respeito, inclusive da minha legenda – sobre esse Projeto, os seus aspectos positivos e negativos, a sua viabilidade, suas contradições, enfim, o teor dele do seu ponto de vista, da excelência com a qual o senhor sempre faz a sua gestão. Obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado. Eu tenho uma tranquilidade em falar sobre o incentivo, porque eu tenho um histórico de eliminar muitos incentivos e não renovar incentivos que venceram. Para o senhor ter uma ideia, quando eu assumi o Ministério da Fazenda existiam 300 bilhões de reais por ano de incentivos, que tinham sido dados pelo Governo anterior. Alguns deles venceram, muitos não, porque há incentivos de longo prazo, mas eu entendo bem que esse problema de incentivo e foi bom, foi bem-intencionado até quando esses incentivos foram dados no Governo anterior, foi bem-intencionado. O problema é que depois você tem que fazer a conta para saber o resultado.

Vamos começar por aí, um dos maiores problemas que eu vi como resultado dos incentivos dados pelo governo federal quando eu estive lá é que, apesar de bem-intencionados... Por exemplo, incentivo para o setor industrial, indústria automobilística, ou seja lá o que for, setor industrial no geral, dentro de uma expectativa de aumento de emprego. Então nós fomos ver o incentivo e o aumento de emprego. Não houve esse aumento de empregos, não houve nesses programas específicos que eu analisei no

governo federal. É verdade que no meio teve uma recessão, as empresas argumentaram que foi porque caíram as vendas etc., mas é um caso específico. Então eu conheço muito bem todo o programa de incentivos, não só do governo federal, principalmente, mas mesmo dos governos estaduais, porque eu analisei diversos casos do Estado, incentivos dados pelo estado do Rio de Janeiro, por exemplo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, quando eu estava lá discutindo e analisando tudo isso. Então eu entendo, felizmente, e tenho uma visão clara.

O IncentivAuto tem algumas diferenças fundamentais que são importantes de mencionar, em primeiro lugar. Primeiro, ele não se aplica a investimentos já feitos, a investimentos passados, que foi o caso, ele dá um incentivo aqui esperando que vai gerar um aumento de emprego, não, não é assim. O IncentivAuto se aplica nas seguintes circunstâncias: primeiro tem que ser um investimento novo em São Paulo, então um investimento que não existia passa a existir, investimento novo; segundo, um compromisso de geração de emprego, no mínimo 400 empregos, e não é que deixa de pagar o ICMS, como eu vi coisas desse tipo feitas no Brasil, não é isso.

É assim: uma empresa investe um bilhão de reais, gera 400 empregos, ela vai ter um uma diminuição na alíquota do ICMS a ser pago de 2,5%. Não é assim: a alíquota é 27, diminui 2,5 para 24,5, não! É 2,5% dos 27,5, isto é, menos de um que diminui. Se o investimento é de dois bilhões, então passa para 5% da alíquota do ICMS. Chegando a dez bilhões, aí atinge 25% da alíquota, que é o máximo e, mesmo com os dez bilhões de reais, que é um investimento muito importante com uma geração grande de emprego, aquela empresa vai continuar pagando o ICMS. É outro dado importante, vai pagar 75% da alíquota que seria paga nos investimentos anteriores ou não incentivados.

Portanto, é um programa que incentiva, primeiro: um investimento novo; segundo: a geração de emprego, então são dados muito diferentes; terceiro: esta diminuição de alíquota em 25% coloca o estado de São Paulo em linha com aqueles estados que têm o ICMS maior. Isto é, porque o que estava acontecendo, nós tínhamos uma situação que era a seguinte: eu tive a oportunidade de ter uma conversa franca, direta, com diversos secretários de outros estados que começaram a reclamar. Eu falei: “Vamos conversar aqui – em uma dessas reuniões de secretários aí – qual é o ICMS que você tem para a instalação de fábrica nova de veículo lá no seu estado?”, “Ah, é sete”, “Ah, é quatro”, “Ah, é 12”, “Ah, é não sei o que”, entendeu? “Mas não estou entendendo, você está reclamando, São Paulo está lá em cima, baixou um pouco, mas ficou muito acima do seu”.

Igual ou top, igual àqueles estados que tinham um certo incentivo, mas ainda são as taxas maiores, Rio de Janeiro, por exemplo, ou, em alguns casos, Minas Gerais. Aí, “Não, mas sabe o que foi? São Paulo é rica e tal e não precisa”, eu falei: “Olha, São Paulo tem uma população carente, uma população trabalhadora muito grande e tem” – como a secretária Patrícia Ellen mencionou aqui – “milhões de desempregados. Não é assim. As necessidades também são muito maiores de empregabilidade, então nós temos que assegurar”, então o que aconteceu? Nós simplesmente igualamos aquilo que estava sendo feito nos outros estados que mais cobram, os estados que estavam ali no... Tem um outro que é irrelevante no sentido de produção de veículo e que não tem ninguém, empresa nenhuma está pensando em ir para lá, que está com a alíquota ainda máxima. Então foi muito conservador nesse aspecto.

Segundo aspecto muito importante: naquele momento nós estávamos, na realidade, competindo não com outros estados brasileiros, mas competindo com outros países. Esse projeto, por exemplo, que a GM anunciou aqui, dez bilhões de reais em investimento em São Paulo, foi depois do IncentivAuto. Primeiro teve a decisão de ficar – isso daí não teve nada que ver –, foi uma discussão, um diálogo com fornecedores, revendedores. Agora, o investimento sim, dez bilhões de reais, eles estavam considerando o investimento no Brasil, em São Paulo, versus o investimento em outros países. Não vou mencionar aqui, mas eram dois outros países, principalmente, que são grandes concorrentes do Brasil na área da indústria automobilística. Então se nós não tivéssemos feito isso, ele iria para outro país.

Então não é que haveria um investimento aqui pagando o imposto total, não, não, não! Não ia ter esse investimento e esses 75% do ICMS que ia receber não ia receber era nada. Não ia ter geração de emprego também. Nós entramos hoje em um mundo globalizado e devemos notar também que, apesar disso, a carga tributária do veículo brasileiro ainda é bem maior do que a desses países que não competem diretamente conosco. Quer dizer, a carga tributária no Brasil, principalmente sobre veículos, é elevada, mesmo com tudo isso, continua muito elevada. Conseguimos, apesar de tudo isso, manter o investimento aqui; é um mercado bom, o País está crescendo, o Estado está crescendo, ótimo; tem escala, tem mão de obra, tem uma série de coisas, é importante.

Em resumo: é um programa que vai gerar aumento de arrecadação e não diminuição, porque esses investimentos, na medida que comecem a produzir... E de novo, isso é uma coisa que começa a incidir quando as vendas acontecerem dos novos investimentos. Não é assim “fui para trás”, como já vi muitos. Então a indústria tem que

entrar com o projeto detalhado lá na Coordenação de Assuntos Tributários, que tem um grupo de técnicos rigorosos que ficam lá analisando... Já apresentou algum, o...? Só um? Bom, tem um só apresentado, por quê? Porque está difícil se enquadrar, está certo? E mesmo esse um demorou muito. Foram trabalhadores reclamando, “Cadê o projeto? Já apresentou aí?”, e dá o endereço, inclusive é interessante, em uma reunião que nós tivemos recentemente, por exemplo, o sindicato dos trabalhadores aí dessa reunião estavam reclamando porque estava demorando e não tinha outros projetos. Eu falei, “Bom, vai reclamar das empresas, não vem reclamar da gente”, as empresas têm que ter o investimento para criar os empregos e aí traga um projeto aqui.

Mas, em resumo, é um projeto sólido, bem feito, que vai gerar aumento da arrecadação, vai gerar aumento de emprego, vai gerar aumento de investimento no Brasil e, se não fizesse, o investimento saía do País. Agora, a empresa pode estar aqui já, mas é um investimento novo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Secretário, muito obrigado pela sua vinda.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O tempo do secretário acabou, não é?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Sim, acabou.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É só porque eu queria deixar uma informação: ontem o governador deu uma informação de que a FURP seria extinta, por isso eu perguntei ao senhor se a ideia era extinguir ou se tinha outra expectativa. O senhor disse que está estudando, mas o governador disse que vai extinguir, então eu fiquei na dúvida com a informação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Obrigado, Srs. Deputados e todos os presentes. Secretário, obrigado pela sua vinda e conte sempre com esta Comissão. Obrigado.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *